



Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiago - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 67.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Cqstenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José-Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Caíto Quintana, Colombino Grassano, Heinz Herwig, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Nilton Servo e Plauto Miró Guimarães (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OF. nº 25/94

Curitiba, 29 de junho de 1994.
Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a Vossa Excelência que a partir de 01 de julho do corrente o Deputado Élio Lino Rusch passa a ocupar a Liderança do Partido da Frente Liberal, nesta Casa Legislativa.

Sem mais, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Curitiba, quarta, em 29.06.94

Sala das Sessões, em 29.06.94.

(a) NELSON GARCIA.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 250/94, item 21 da pauta, que fixa o soldo dos integrantes da Polícia Militar, a partir de 1º de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 29.06.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1717

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, com base no Art. 171, § 2º do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o pedido de destaque para as emendas constantes no Caderno de Avulso da proposição supra, conforme abaixo:

Nº Emenda Cader- no Avulso	Localização Subs- titutivo
Emenda nº 40	Incluir no Art. 10 do Substitutivo
Emenda nº 33	Incluir no inciso I do do Art. 12 do Subst.
Emenda nº 42	Incluir no inciso XI do Art. 12 do Substitutivo
Emenda nº 36	Altera o Art. 30 do Substitutivo
Emenda nº 34 - Parágrafo Único	Acrescenta o § 3º ao Art. 30 do Substitutivo

Sala das Sessões, em 29.06.94.

(aa) ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

Apoiamento: Carlos Simões, Élio Rusch, José Afonso Júnior, Nilton Barbosa, Luiz Carlos Zuk, Colombino Grassano, Heinz Herwig, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Emilia Belinati, Júlio Bifon, Toti Colaço, Basílio Zanusso, Al-

gaci Túlio, Severino Félix, Paulo Maia, Costenaro Neto e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 1710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a quebra do interstício para a realização de Sessões Plenárias Extraordinária, para a apreciação de matérias no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 29.06.94.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Nelson Justus, Nelson Garcia e Paulo Maia.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 260/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, na programação da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, um horário semanal destinado à veiculação de mensagens referentes às entidades organizadas de trabalhadores.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 30 dias a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Praticamente todos os trabalhadores se encontram organizados em entidades representativas que buscam de diversas maneiras a melhor forma de representá-los, prestando, sobretudo, informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, bem como seus direitos e deveres.

O exercício pleno da estratégia se constrói através da participação do sujeito na vida da cidade. A informação é o mecanismo pelo qual o sujeito, cidadão, trabalhador desenvolve seus conhecimentos, sua vida pessoal e comunitária.

É dentro deste espírito que o presente projeto de lei se inspirou.

PROJETO DE LEI Nº 261/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, até a efetiva estadualização, o valor correspondente ao custo-aluno, à Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Art. 2º - A verba correspondente será repassada mensalmente à Fundação mantenedora.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.94.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, assinou com o Município de Francisco Beltrão e a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL Termo de Cooperação Financeira, visando transferir à FACIBEL recursos para a redução e/ou gratuidade de mensalidades. A mencionada transferência tem por base o custo/aluno das escolas públicas de 3º grau do Estado do Paraná. Evidentemente, o Termo de Cooperação Financeira, pelo princípio da anualidade orçamentária restringe-se ao exercício de 1994, sendo renovado anualmente.

Pretende o presente projeto, autorizar por antecipação, o Governo do Paraná a manter até a efetiva estadualização, o convênio mencionado, em razão de a FACIBEL e a mantenedora Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, num ato de desprendimento e apoio ao estudante, haver estabelecido a gratuidade total das mensalidades, o que, momentaneamente, supre o anseio da concretização da UNIVALE - Universidade do Vale do Iguaçu, preconizado no art. 59 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 262/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam proibidos os sistemas de jateamento de areia que degradam o meio ambiente, e põem em risco a saúde do trabalhador em estaleiros, refinarias, indústrias metalúrgicas, marcenarias e outras a critério da Secretaria de Estado da Saúde (SESA).

§ 1º - A proibição constante no "caput" deste artigo passa a vigorar a 180 (cento e oitenta) dias da promulgação desta lei.

§ 2º - Os processos do jateamento de areia atualmente existentes, deverão ser submetidos à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, à Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente e à Secretaria de Estado da Saúde - SESA, para análise e substituição tecnológica, visando melhoria do sistema e proteção ambiental, bem como da saúde do trabalhador.

Art. 2º - A SESA, em conjunto com os sindicatos dos trabalhadores, acompanharão os projetos de mudança tecnológica e enviarão relatório para a Comissão de Saúde Pública da Assembléia Legislativa e a Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente do Paraná.

Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta lei, implicará a apuração da responsabilidade administrativa, civil e criminal previstas na legislação vigente.

Parágrafo Único - A infração administrativa importará na imposição das penalidades previstas na legislação ambiental estadual.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Bernardino Ramazzini, no livro "As Doenças dos Trabalhadores", que teve sua primeira edição em 1700, escreve o seguinte sobre os mineiros: "...os pulmões e o cérebro são muito atacados nesses obreiros, sobretudo os pulmões que aspiram junto com o ar, exalações minerais, resultando daí os primeiros agravos, pois que aquelas emanções se introduzem no órgão vital...". Sabia Ramazzini que algo penetrava no trabalhador, não sabia e nem tinha como definir o que era, mas sabia que "...aqueles que desentranham minerais são vítimas, pois, de grandes riscos; as mulheres que com eles se casam estão sujeitas a contraírem novas núpcias, porque ficam logo viúvas...".

Esta doença descrita por Ramazzini se chama silicose. Passados três séculos ela continua a acometer, entre outros, os trabalhadores que trabalham em minas, na escavação de túneis, em cerâmicas e jateamento de areia.

A silicose é uma doença pulmonar incurável causada aos trabalhadores que respiram poeiras de sílica, sendo neste caso específico, fragmentos de areia. As partículas de sílica, invisíveis a olho nu, atingem o interior dos pulmões. Por ser corpo estranho ao organismo provocam reação inflamatória, que posteriormente se cicatrizam. A medida que o trabalhador fica exposto por horas e dias seguidos, novas partículas são absorvidas e o processo vai se repetindo provocando ao longo do tempo o endurecimento dos pulmões. A doença é progressiva e o tratamento consiste no afastamento do trabalhador.

Não existe estatísticas atuais e confiáveis sobre a incidência da doença entre os trabalhadores brasileiros. De acordo com Stellman e Daum. "Trabalho e Saúde na

Indústria, editora E.P.U/EDUSP, 1975," a incidência de silicose em trabalhadores expostos à poeira de sílica é provavelmente muito alta. Um levantamento indicou que, no período de 1950-58, houve 12.000 casos em 26 Estados norte-americanos. Isto pode ser uma subestimativa grosseira dos números reais, visto que o estudo baseou-se principalmente em trabalhadores de mais de 50 anos de idade e já incapacitados", quando boa parte deles já morreram vitimados pela doença.

Pina Ribeiro e Lacaz, no livro "de que adoecem e morrem os trabalhadores", DIE-SAT, 1984, afirmam que "o número de trabalhadores brasileiros expostos a sílica se situa entre 150 e 200 mil, dos quais 30.000 teriam silicose...", sendo que entre 10 e 15% são acometidos pela doença.

Por serem profissões que colocam em risco a saúde e a vida de milhares de trabalhadores, cabe aos legisladores procurarem a solução. Nem todas as profissões podem sofrer a ação de legisladores estaduais, mas no caso do jateamento de areia podemos decidir a respeito e propor nova legislação visando a implantação de tecnologias de limpeza que não afetem a saúde dos trabalhadores, como por exemplo o jateamento com granalha de ferro ou limalha de cobre.

Como esclarecimento é importante ressaltar que o Brasil é um dos três únicos países do mundo que usa jateamento de areia e esta realidade deve ser mudada, e isto o BNDS favorece ao oferecer uma linha especial de financiamento para substituição de tecnologias sujas por tecnologias limpas. Também o BANESTADO tem uma linha de financiamento cujo objetivo é a modernização e a competitividade industrial das empresas paranaenses. A atuação do BANESTADO se dá através de utilização dos Títulos de Desenvolvimento Econômico - TDE - oferecido projeto se enquadra no item incorporação de avanços tecnológicos.

O jateamento de areia tem causado doença e poluição das proximidades das empresas. Visando acabar com a incidência da silicose entre os trabalhadores que trabalham com esta técnica é que apresentamos este projeto e pedimos o apoio dos senhores deputados para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 263/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O inciso III e parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 140, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 140 - ...

III - se houver exercido, por um pe-

período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com as vantagens dos cargos em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses.

§ 1º - A aplicação do estabelecido em qualquer dos incisos deste artigo exclui as vantagens instituídas nos demais.

§ 2º - Para efeito de cálculo do benefício previsto no inciso III, quando ocorrer a hipótese prevista no artigo 159, aplica-se aquele que melhor beneficiar o funcionário.

§ 3º - Se, nas condições dos incisos II e III, o cargo em comissão não se conformar à simbologia estabelecida para os cargos em comissão do Poder Executivo, poderá o funcionário aposentar-se com as vantagens do de maior símbolo, assegurando-se igual benefício pelo exercício de cargo diretivo de órgão da administração indireta do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o parágrafo único, do artigo 16, da Lei nº 9937, de 20 de abril de 1992 e demais disposições em contrário.

Salá das Sessões, em 29.06.94.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná (Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970), através do disposto no inciso III e parágrafos 1º a 3º do artigo 140, contemplava os servidores que houvessem exercido por um período não inferior a 5 (cinco) anos, um ou mais cargos em Comissão ou Funções Gratificadas, com o direito de aposentarem-se com as vantagens do Cargo em Comissão ou Função Gratificada do nível mais elevado, estabelecendo condições para a concessão de tal benefício.

Semelhante dispositivo é adotado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, a qual estabeleceu o prazo de apenas 4 (quatro) anos para a concessão do benefício.

As normas estatutárias vigentes em novembro de 1970, várias outras foram acrescentadas no correr do tempo, destacando-se o direito de incorporação à aposentadoria, das gratificações pela prestação de Serviços Extraordinários ou Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, desde que o servidor as tenha exercido por um período de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) alternados. Posteriormente permitiu que ambas as Gratificações pudessem ser somadas para completar o período de aquisição do direito, para efeito de aposentadoria.

No presente caso, Senhores Deputados, com a devida vênia, houve um retrocesso

causado pelo disposto no parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 9937/92, cuja cópia está anexa ao presente plano de lei, estranhamente inserido como último tópico, ao revogar expressamente o inciso III e os parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 140, da Lei 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado).

É de se notar que a Lei 9937/92, tratava de reajuste de vencimentos dos servidores públicos e, a princípio, não poderia tratar da revogação de dispositivo do Estatuto dos Funcionários Públicos, lei especial, com força de Lei Complementar.

Por outro lado, o direito que se pretendeu revogar já vigorava há mais de duas décadas e estava incorporado ao patrimônio de vários servidores, gerando expectativa de direito, que seria resultante dos frutos do trabalho nos cargos comissionados ou funções gratificadas, de nada adiantando assegurar-se os direitos adquiridos, quando vários servidores estavam prestes a alcançar o benefício, abruptamente cortado.

Assim, o presente projeto de lei tem por objetivo restabelecer o direito de incorporação nas aposentadorias, das gratificações pelo exercício de Cargos Comissionados ou Funções Gratificadas, desde que cumpridas as mesmas condições exigidas para os colegas já aposentados.

A proposição parece-nos justa e merecedora da aprovação pelos dignos componentes desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passamos ao Horário das Lideranças:

Do PMDB, PSDB, PL, PTB, PFL, PP. Todas declinam.

Do PT. Com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, a Folha de São Paulo do dia 20 de junho deste ano traz um quadro demonstrativo das verbas destinadas a cada Estado. Isso de acordo com a primeira versão do Orçamento e passando um correlato em relação a versão ou a versão atual que é a que está para ser votada no Congresso Nacional.

No dia seguinte, dia 21, o Articulista da Folha Jânio de Freitas faz uma análise daquele quadro comparativo publicado no dia anterior. E Jânio constata, o Governo destinou um montante superior a 35 milhões de dólares para impulsionar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

O artigo de Jânio de Freitas é claro e bastante lúcido, e aqui nós fazemos questão de ler algumas partes escritas por Jânio de Freitas. Diz Jânio: "A gordíssima verba eleitoreira foi criada pelo remanejamento dos recursos do Orçamento dirigidos ao desenvolvimento de Ações Regionais.

Os encarregados do Orçamento no Governo são Beni Veras e Edmar Bacha, assessor especial do Ministro da Fazenda desde a posse de Fernando Henrique. Ambos do PSDB.

Analisando aquele quadro Jânio de Freitas conclui que dez Estados: Acre, Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e ainda, o Distrito Federal que tiveram suas verbas de 13 milhões e oitenta e quatro mil dólares reduzidas a Zero. Outros como o Amapá tiveram uma diminuída 93 vezes, e a de São Paulo ficou 415 vezes menos."

Ou seja, o nosso Estado não receberá verba do Ministério aonde está a frente Beni Veras. Se dez Estados entre os quais o Paraná, tiveram suas verbas reduzidas a zero, as verbas para Minas Gerais, porém, pulou de três milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil dólares para quinze milhões e cento e vinte e oito mil dólares, crescendo 335%. Minas é o Estado em que o Presidente do PSDB é o principal responsável pela campanha de Fernando Henrique, o mineiro, ex-prefeito Pimenta da Veiga, vê mais possibilidades de crescimento da candidatura. Dos 723 municípios de Minas, o remanejamento concedeu metade da verba do Estado a um só, Contagem, município de alta densidade eleitoral, cujo prefeito é do PSDB e é o local onde foi realizada a convenção daquele partido para a escolha de Fernando Henrique para presidente.

Ao Ceará, cujo Estado tem em Tasso Jereissati mais de 50% das intenções de votos, mas Fernando Henrique não consegue passar dos 16%, portanto, um problema eleitoral, o remanejamento pulou de dois milhões, setecentos e setenta e seis mil dólares para quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil dólares, ou seja, 420% a mais para alavancar a candidatura de Fernando Henrique naquele Estado.

Três Estados: Ceará, Minas Gerais e Alagoas, que é o trio visado pelo PSDB, leva 69% das verbas, enquanto 24 outros ficam só com 31%, uma vez que Alagoas recebe um milhão, trezentos e vinte e nove mil dólares, era para receber, e pulou para seis milhões, cento e vinte e oito, ou seja, 361% a mais.

Estas são as verbas públicas para Fernando Henrique Cardoso, como diz o próprio título do artigo de Jânio de Freitas. É o Governo Federal não somente investindo no Real, mas realmente investindo com verbas públicas em programas eleitorais, visando alavancar a candidatura de Fernando Henrique.

Conclui Jânio de Freitas que o uso do dinheiro público com finalidade eleitoral e por intermédio de manipulação do orçamento, outrora peculiar do PFL, ao ser agora praticado pelo PSDB, é mais uma de-

monstração inequívoca de que os dois partidos já haviam desenvolvido atividades muito fortes antes da coligação; ela foi uma consequência natural e lógica já antecipada pelas identidades neoliberais.

Se aquilo que era próprio, que era praxe do PFL, usar o poder e a verba pública para fins particulares ou individuais ou fins de interesses próprios, agora lança mão também o PSDB da mesma prática, de acordo com a análise feita no orçamento da União que se encontra para votar.

O investimento neste Estado do Paraná é zerado em função das necessidades eleitorais do PSDB e de Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

PDT. (Declina)

Liderança do Governo. (Declina)

Passaremos à Ordem do Dia.

Lembramos aos Senhores Deputados que, após a Sessão Ordinária, teremos duas sessões extraordinárias.

O

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 25/94, subscrito pelo Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, comunicando o nome do Sr. Deputado Élio Rusch, o qual passará a ocupar a Liderança do PFL, a partir de 01 de julho do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Alceu Swarowski e Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 250/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 21

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 069/94, que fixa o soldo dos integrantes da Polícia Militar, a partir de 1º de maio do corrente ano, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 86, de 28.06.94 - Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 250/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade fixar o soldo dos integrantes da Polícia Militar, a partir de 1º de maio do corrente ano, conforme especifica.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;

ALCEU SWAROWSKI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 250/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade, fixar o soldo dos integrantes da Polícia Militar, a partir de 1º de maio do corrente ano, conforme especifica.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/94, que dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 1995. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.

Esta Presidência informa que se encontra em poder da Mesa requerimento dos Deputados Ernani Pudell e Florisvaldo Fier, constante do expediente, devidamente apoiado por 1/3 dos Srs. Deputados desta Assem-

bléia. Requer destaque para as emendas nºs 40, 33, 42, 36 e 34, parágrafo único.

Tendo em vista que o requerimento atende ao disposto no Regimento da Assembléia, esta Presidência defere o presente requerimento e colocará as emendas no momento oportuno para serem apreciadas em destaque, conforme o requerido.

Em discussão o Projeto de Lei 123/94. Em votação.

Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Exmo. Sr. Presidente, nobres Pares, companheiros da Assembléia Legislativa.

Para encaminhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, proposta pelo Poder Executivo a esta Casa, nós acolhemos várias das emendas apresentadas pelos nobres Deputados e de um total de 47 emendas apresentadas, foram recepcionadas pelo nosso Substitutivo Geral, 22 emendas, sendo que boa parte das demais emendas foram também recepcionadas, porque elas traziam uma identidade muito próxima com propostas de outros colegas Deputados.

Basicamente em termos de esclarecimento, meus colegas Deputados, tenho a dizer que todas aquelas propostas contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviadas pelo Poder Executivo que delegava poderes na Assembléia Legislativa, para que o Poder Executivo pudesse legislar, fazendo as vezes da Assembléia Legislativa, nós tivemos a preocupação para resguardar os interesses e os próprios poderes inerentes à Assembléia Legislativa, de retirá-las do nosso substitutivo Geral, até por amor que temos ao Parlamento e por respeito ao Parlamento, mesmo tendo uma participação histórica, ligada basicamente ao Poder Executivo, não posso aceitar que os legisladores do Estado do Paraná deleguem poderes para que alguém possa legislar em seu lugar.

Outra mudança bastante substancial que nós fizemos, foi retirar também da Lei de Diretrizes Orçamentárias, proposta pelo Executivo, um artigo que vedava a apresentação de emendas por parte dos parlamentares, por parte dos nobres Deputados no que se refere à apresentação do Orçamento de 1995. Entendo já que existem proibições constitucionais, nós fazemos questão de acatá-las e recepcioná-las na LDO.

Agora, aquelas amarras, aquele engessamento que porventura constava da Lei de Diretrizes Orçamentárias enviada pelo Poder Executivo a esta Casa, nós fizemos questão de deletar do nosso Substitutivo Geral.

No mais, algumas outras emendas que tinham o caráter de especificidade absoluta, que fogem aos critérios da Lei de Di-

retrizes Orçamentárias, que deve ser uma lei que fixa diretrizes, que fixa metas, que fixa prioridades, não cabendo dentro da LDO alguns artigos e alguns dispositivos que carimbam a execução de obras neste ou naquele município. Aquilo que é prioridade de governo, ou aquelas que são as diretrizes apresentadas pelos colegas Deputados, praticamente todas fiz questão de acolher no Substitutivo Geral. Haverá emendas que não foram acolhidas agora na LDO, mas que poderão, com certeza absoluta, ser propostas na Lei de Orçamento e nós, automaticamente, iremos acolher essas emendas.

No mais, Senhor Presidente, nobres pares Deputados, são esses os esclarecimentos necessários que faço nessa tarde a essa Casa de Leis.

Obrigado pela atenção dos Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Substitutivo Geral, ressaltados os destaques que iremos apreciar em seguida.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento, LDO, permaneçam como estão. Aprovado.

Atendendo a solicitação dos Srs. Deputados Ernani Pudell e Emilia Belinati: Emenda de nº 40:

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Como não foi publicado no avulso, pediria a fineza de V.Exa. que lesse a Emenda para que eu pudesse defendê-la.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Srs. Deputados que permaneçam em seus lugares para que possamos, com tranqüilidade, votar as emendas em destaque que estão sendo propostas.

O SR. JOSÉ TAVARES - (Pela Ordem) Conversando aqui com o eminente relator, e nós temos a melhor das boas vontades para acelerarmos esse processo e votarmos as matérias que forem de interesse da sociedade paranaense, mas nós não conhecemos o teor dessas emendas e nem o nobre relator tem de memória as informações contidas em cada uma dessas emendas, independentemente dos autores das emendas. Então, em nome da serenidade do processo legislativo, eu consulto V.Exa. de que forma a gente poderia agir, se comportar, para que o Plenário possa ter as informações a respeito de cada emenda, para que a gente possa votar conscientemente, serenamente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito mais uma vez, ao Plenário, que colabore com o processo de discussão e vo-

tação da LDO, porque a Mesa não está conseguindo ouvir o encaminhamento, questão de ordem, feita pelo Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Então, Senhor Presidente, quero concluir a minha intervenção, fazendo um apelo a Vossa Excelência no sentido de fazer chegar às mãos do eminente relator para que aqui mesmo, no Plenário, ele possa emitir as considerações a respeito do teor dessas emendas para que todos possamos nos manifestar favoráveis ou contrários a cada uma delas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência transfere a votação dos destaques à LDO para o final da Sessão e solicita à Assessoria da Mesa que providencie cópia dos avulsos, bem como do requerimento deferido pela Mesa que apresenta emendas que serão analisadas em destaque. Portanto, os destaques à LDO serão apreciados ao final da Sessão.

Antes de passarmos ao item nº 02 da Pauta, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Nelson Justus e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a quebra do interstício para a realização de Sessões Plenárias Extraordinárias, para a apreciação de matérias no dia de hoje. **Aprovado.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/94, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instituir gratificações especial correspondente a 50% (cincoenta) por cento dos seus vencimentos aos servidores públicos do Estado do Paraná Lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/94, de autoria do Deputado José Tavares, que concede à viúva Senhora Dilva Cavalheiro e Filhos do ex-Policial Antonio Carlos Pinheiro, a pensão especial assegurada pelo artigo 184, da Lei Complementar nº 014/82. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/94, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que fica declarada de Uti-

lidade Pública a Associação de Pais e Mes-
tres do Colégio Estadual Professor João
Ricardo Von Du Vernay - Ensino de 1º e 2º
Graus, com sede e foro no Município de
Ponta Grossa, Estado do Paraná. COM PARE-
CER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo
por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº
211/94, de autoria do Poder Executivo -
Mensagem nº 047/94, que aprova crédito su-
plementar ao Orçamento Geral do Estado,
aprovado pela Lei Estadual nº 10.699 de 29
de dezembro de 1993, no valor de Cr\$
10.700.000,00 (dez bilhões e setecentos
milhões de cruzeiros reais), conforme es-
pecifica. COM PARECERES DA C.C.J. e C.F..
EMENDA ADITIVA DA C.C.J.. **Aprovado o Pro-
jeto, artigo por artigo. Emenda Aditiva da
C.C.J.. Aprovada.**

O Projeto irá à 3.^a discussão.

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº
212/94, de autoria do Poder Executivo -
Mensagem nº 048/94, que aprova crédito su-
plementar ao Orçamento Geral do Estado,
aprovado pela Lei Estadual nº 10.699 de 29
de dezembro de 1993, no valor de Cr\$
3.889.359.000,00 (três bilhões, oitocentos
e oitenta e nove milhões, trezentos e cin-
coenta e nove cruzeiros reais), conforme
especifica. COM PARECERES DA C.C.J. e
C.F.. EMENDA ADITIVA DA C.C.J.. **Aprovado o
Projeto, artigo por artigo. Emenda Aditiva
da C.C.J..- Aprovada.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº
222/94, de autoria do Poder Executivo -
Mensagem nº 054/94, que aprova crédito su-
plementar no valor de Cr\$
7.030.000.000,00 (sete bilhões e trinta
milhões de cruzeiros reais), ao vigente
Orçamento da Secretaria de Estado do De-
senvolvimento Urbano, aprovado pela Lei
Estadual nº 10.699 de 29 de dezembro de
1993, visando atender despesas com a pro-
gramação da Superintendência do Controle
da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM.
COM PARECERES DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado,
artigo por artigo.**

ITEM 08

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº
223/94, de autoria do Poder Executivo -
Mensagem nº 055/94, que aprova crédito su-
plementar no valor de Cr\$
12.141.750.000,00 (doze bilhões, cento e
quarenta e um milhões, setecentos e cin-
coenta mil cruzeiros reais), ao vigente
Orçamento da Secretaria de Estado do De-
senvolvimento Urbano, aprovado pela Lei
Estadual nº 10.699 de 29 de dezembro de

1993, visando atender despesas com tranfe-
rências a municípios. COM PARECERES DA
C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por arti-
go.**

ITEM 09

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº
019/94, de autoria da Comissão de Tomadas
de Contas, que aprova prestação de contas
da dotação de reembolso dos Senhores Depu-
tados (referente ao ano de 1993). COM PAR-
RECER FAVORÁVEL DA C.T.C.. **Aprovado, arti-
go por artigo, com voto contrário da Ban-
cada do P.T.**

ITEM 10

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº
020/94, de autoria da Comissão de Tomadas
de Contas, que aprova prestação de contas
dos Senhores Deputados da Dotação de Sub-
venção Social. (referente ao ano de 1993).
COM PARECER FAVORÁVEL DA C.T.C.. **Aprovado,
artigo por artigo, com voto contrário da
Bancada do P.T.**

ITEM 11

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº
234/94, de autoria do Poder Executivo -
Mensagem nº 056/94, que aprova a abertura
de crédito suplementar no valor de Cr\$
3.600.000.000,00 (três bilhões e seiscentos
milhões de cruzeiros reais), conforme
especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA
C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 80, de
20.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 234/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria
do Poder Executivo, tem por finalidade
aprovar a abertura de crédito suplementar
no valor de Cr\$ 3.600.000.000,00 (três bi-
lhões e seiscentos milhões de cruzeiros
reais), ao vigente orçamento da Secretaria
de Estado da Agricultura e do Abastecimen-
to.

Nos termos estritos da competência
desta Comissão de Constituição e Justiça
não existem óbices de natureza constitu-
cional, regimental ou legal à normal tra-
mitação da matéria e aprovação pelo Plená-
rio.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 234/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria
do Poder Executivo, tem por finalidade
aprovar abertura de crédito suplementar
no valor de Cr\$ 3.600.000.000,00 (três bi-

lhões e seiscentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, só informar à Casa com relação ao item 11 a que se destina essa verba suplementar de 3 bilhões, porque na Ordem do Dia não consta a que Secretaria, a que órgão do Governo. Da mesma forma no item 12 e conseqüentemente no item 13 também.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O

item nº 11, Deputado Algaci Túlio, fica aprovado crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado de três bilhões e seiscentos milhões. É suplementação ao Orçamento Geral do Estado.

ITEM 12

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 70.808.000,00 (setenta milhões, oitocentos e oito mil cruzeiros reais), conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 80, de 20.06.94. Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 235/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 70.808.000,00 (setenta milhões, oitocentos e oito mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento do órgão Ouvidoria Geral do Estado, conforme especifica.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 70.808.000,00 (setenta milhões, oitocentos e oito mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento do órgão Ouvidoria Geral do Estado, conforme especifica.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

ITEM 13

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.102.163.000,00 (dez bilhões, cento e dois milhões, cento e sessenta e três mil cruzeiros reais), conforme especifica. Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 80, de 20.06.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 236/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.102.163.000,00 (dez bilhões, cento e dois milhões, cento e sessenta e três mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 236/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.102.163.000,00 (dez bilhões, cento e dois milhões e cento e sessenta e três mil cruzeiros reais), conforme especifica.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente e Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 237/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 044/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 9.187.864.000,00 (nove bilhões, cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros reais), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Administração - DECOM (Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 81, de 21.06.94. Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 237/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 9.187.864.000,00 (nove bilhões, cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração - DECOM.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 237/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 9.187.864.000,00 (nove bilhões, cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração - DECOM (Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção).

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente e Relator

ITEM 15

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 244/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 059/94, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 82, de 22.06.94, Mens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 244/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade de aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica. Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 244/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade de aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica. Tendo recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente e Relator

ITEM 16

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 245/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 060/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.184.067.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e quatro milhões e sessenta e sete mil cruzeiros reais), ao vigente or-

camento da Secretaria de Estado da Cultura. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 82, de 22.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 245/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de CR\$ 3.184.067.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e quatro milhões e sessenta e sete mil cruzeiros reais), vigente ao orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 245/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.184.067.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e quatro milhões e sessenta e sete mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

Tendo recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator.

ITEM 17

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/94, de autoria do Poder Executivo / Mensagem nº 061/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 82, de 22.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 246/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria

Curitiba, quarta, em 29.06.94

do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 246/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Tendo recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/94, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 4.606.864.000,00 (Quatro bilhões, seiscentos e seis milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, visando atender despesas da referida Secretaria e do Colégio Estadual do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no DA. 82, de 22.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 247/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 4.606.864.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, visando atender despesas da referida Secretaria e do Colégio Estadual do Paraná.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tra-

mitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 247/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 4.606.864.000, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, visando atender despesas da referida Secretaria e do Colégio Estadual do Paraná.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator.

ITEM 19

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 248/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 064/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 1.896.714.000,00, ao vigente orçamento do Ministério Público. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no DA. n° 83, de 23.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 248/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 1.896.714.000,00, ao vigente orçamento do Ministério Público.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 248/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento do Ministério Públi-

co.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

ITEM 20

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 249/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 065/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 1.020.000.000,00, ao orçamento da Secretaria da Administração, aprovado pela Lei n° 10.699, de 29.12.93, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 83, de 23.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 249/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 1.020.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria da Administração, aprovado pela Lei n° 10.699, de 29.12.93, conforme especifica.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 249/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar de crédito suplementar no valor de CR\$ 2.000.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria da Administração, aprovado pela Lei n° 10.699, de 29.12.93, conforme especifica.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

ITEM 22

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 251/94 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 068/94 que aprova abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, no valor de CR\$ 2.312.778.000,00. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. n° 86, de 28.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 251/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, no valor de CR\$ 2.312.778.000,00.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 251/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito no valor de CR\$ 2.312.778.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

ITEM 23

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 252/94 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 067/94 que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.500.000.000,00, ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 86, de 28.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 252/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no

valor de CR\$ 3.500.000.000,00, ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 252/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da FASPAR.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

ITEM 24

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 253/94 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 066/94 que autoriza o Poder Executivo para a realização de operação de crédito e financiamento perante empresa internacional mediante aval ou fiança do Banco do Estado do Paraná S.A.. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 86, de 28.06.94 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 253/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo para a realização de operação de crédito e financiamento perante Empresa Internacional mediante aval ou fiança do Banco do Estado do Paraná S/A.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 253/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo realizar operação de crédito e financiamento perante empresa internacional mediante aval ou fiança do BANESTADO.

Tendo recebido parecer favorável da d.ª Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

ITEM 25

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 254/94 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 070/94 que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 7.645.677.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86, de 28.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 254/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 7.645.677.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração. Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 254/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 7.645.677.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração. Tendo recebido parecer favorável da d.ª Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente e Relator

ITEM 26

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 255/94, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 071/94. Aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.500.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86, de 28.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 255/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.500.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

Sala melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 255/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade, aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.500.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

Tendo recebido parecer favorável da d.ª Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente e Relator.

ITEM 27

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 256/94, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 072/94. Aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.616.500.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86, de 28.06.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 256/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 2.616.500.000,00, ao vi-

gente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor Juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 256/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade de aprovar a abertura de crédito no valor de Cr\$ 2.616.500.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua tramitação e aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Não podemos deixar de registrar, em nome da Bancada do PDT, que até este momento esta bancada dá uma demonstração da sua preocupação em termos de Paraná, onde acaba de aprovar em 1.^a Discussão e em 2.^a suplementação para diferentes Secretarias do Estado que ultrapassa o valor de 110 bilhões de cruzeiros reais, o que corresponde a mais de 40 milhões de dólares, numa demonstração de que a nossa preocupação, nesta Casa, sempre foi com o Paraná, e na esperança de que estas verbas se destinem aos objetivos paranaenses, ao atendimento do seu povo, porque podia se explorar, se a nossa Bancada fizesse alguma objeção, que nós estaríamos inviabilizando o Estado do Paraná. Não. Nós estamos nos somando ao Estado do Paraná, demonstrando a nossa preocupação e crendo que com essas verbas a nossa sociedade e os diferentes segmentos, através das suas secretarias, possam obter os atendimentos que lamentavelmente, temos que deixar registrado, não acontecem pelas mãos da Oposição, somente através daqueles que ao Governo dão apoio.

Aqui se dá uma demonstração que mesmo discriminada como sempre foi a nossa Bancada no atendimento das nossas reivindicações,

queremos fazer com que o Paraná dê uma demonstração de pujança e de progresso, não preocupando inviabilizar e mesmo com as discriminações e com as pressões feitas, esperamos que aqueles Prefeitos que não se somaram, que defendem hoje uma linha de independência, que apoiam outras candidaturas que não o candidato oficial do Governo, possam, também, fazer parte desses recursos e terem seus municípios atendidos.

É esta a postura do PDT nesta Casa na defesa dos interesses do Paraná. Não inviabilizamos, e jamais inviabilizaríamos qualquer intenção do Governo do Paraná no atendimento do nosso povo. Lamentamos que nesta oportunidade, e aqui nós devemos deixar registrado, que nada se fala em termos dos trabalhadores do serviço público, nada se fala em termos do funcionalismo público, que com a correção dos salários e com a correção dos preços sofrem as maiores agruras de toda sua vida em termos de sobrevivência.

Estamos aqui nos somando ao Paraná na certeza de que os atendimentos serão feitos sem discriminação pelo Governo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes de conceder a palavra ao Deputado José Tavares, a Mesa informa, para conhecimento do Plenário, que os avulsos à LDO, publicados pela Assembléia Legislativa, onde continha todas as emendas, foram entregues a todos os Srs. Deputados, em seus Gabinetes, conforme consta em protocolo em poder da nossa Diretora, da Diretoria Legislativa, Dra. Lúcia.

Deputado José Tavares declina de usar a palavra.

ITEM 28

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 002/94 de autoria da Comissão Executiva que autoriza o Governador do Estado a ausentar-se do País, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 002/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Sr. Mário Pereira, Governador do Estado, a ausentar-se do País, em data a ser previamente comunicada a este Poder até o dia 31 de agosto próximo, afastando-se por dez dias com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de firmar contrato de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para execução do Projeto de Qualidade de Ensino de 1° grau no Paraná, bem como acom-

panhar projetos de interesse do Estado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 27.06.94.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/94

P A R E C E R:

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da Comissão Executiva, tem por finalidade autorizar o Senhor Governador do Estado a ausentar-se do país.

Estando conforme com o disposto no Art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a proposição em tela na sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

Atendendo um apelo do Deputado José Tavares, vamos à discussão e votação da LDO.

Emenda de nº 40 ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. (Lê a Emenda). Em discussão. Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar) - A

Emenda que propõe a inclusão do vale-transporte, nós, como coloquei anteriormente, várias emendas tinham a mesma semelhança, por isso nós acatamos aquelas que são idênticas. No caso aqui do vale-transporte, nós acolhemos uma emenda semelhante a essa, a 09 do Deputado Toti Colaço que concede também o vale-transporte. Nobre Deputado Dr. Rosinha, acredito que a emenda foi acolhida no nosso Substitutivo-Geral.

Portanto, encaminho ao meu líder, na forma que possamos rejeitar essa emenda, porque ela já está acolhida no Substitutivo-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação Dr. Rosinha com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

A emenda da Bancada do Partido dos Trabalhadores é um pouco mais ampla do que a proposta pelo Deputado Toti Colaço e acatada pelo Relator. Inclusive existia emenda mais ampla também do que esta proposta pelo próprio Presidente desta Casa,

Deputado Orlando Pessuti, que não somente se limita ao vale-transporte, propõe ainda vale-refeição nas categorias do funcionalismo que se fizerem necessários e o atendimento de creche também nas categorias que se fizerem necessárias.

Portanto, ela amplia este leque de atendimento de encargos sociais que é a emenda igual a uma proposta também pelo Deputado Orlando Pessuti.

Por isso que neste sentido nós pedimos o apoio dos Senhores à aprovação desta emenda e, logicamente no momento da redação se dará a redação correta ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda de nº 40 à LDO. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Rejeitada.

O SR. DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, sendo evidente a presença de quórum no Plenário, quero requerer a V.Exa. a desistência da chamada nominal e agradecer a atenção da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa interrompe a chamada nominal e solicita, mais uma vez, aos Senhores Deputados que retornem aos seus assentos para procedermos à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à aprovação da emenda nº 40, queiram levantar-se. 09 (nove) Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 24 (vinte e quatro) Senhores Deputados rejeitam. Está REJEITADA.

Emenda nº 33. Dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino. (Lê a referida emenda). Em discussão. Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Esta emenda que inexplicavelmente não foi acolhida pelo ilustre Relator, Deputado Durval Amaral, inclusive douto colega advogado, sabe-se que o Tribunal de Contas, em parecer, e o Supremo Tribunal Federal, já têm manifestado que as chamadas indenizações alimentares, como é no caso

os débitos de natureza trabalhista de funcionários, servidores do Estado, devem ser pagas atualizando.

O que estamos verificando na prática é que não havendo distinção entre créditos de natureza trabalhista e créditos diversos, faz com que uma grande parcela de trabalhadores seja prejudicada quando recebe direitos reconhecidos pela Justiça, direitos trabalhistas.

É muito fácil se compreender. Estamos, infelizmente, numa economia altamente inflacionária, os trabalhadores, muitas vezes, obtêm uma sentença na Justiça, esta sentença resulta num cálculo judicial que é incluído no orçamento para o ano seguinte como determina a Lei, ocorre que quando este débito vai ser pago, é pago pelo valor nominal, não pelo valor corrigido, o que enseja inclusive uma segunda execução e esta segunda execução, por sua vez, acaba também resultando num valor nominal, muitas vezes um valor ínfimo em relação ao direito que o cidadão tem a receber do Estado como um crédito trabalhista.

Gostaria de chamar a atenção dos ilustres Deputados para um exemplo, uma viúva briga anos e anos para receber do Estado e o resultado concreto pela forma com que o Estado vem pagando os precatórios trabalhistas, significa que na prática não há direito ao trabalhador. Então estamos negando o direito elementar da classe trabalhadora que é receber um determinado crédito trabalhista de forma atualizada. O próprio Supremo Tribunal Federal já vem reconhecendo reiteradamente que estes créditos têm que ser pagos de forma atualizada. Então quero chamar a atenção dos Srs. Deputados para a alta importância social e pela importância em termos de justiça que devemos fazer, acatando esta emenda de nossa autoria.

Volto a repetir, é uma questão de justiça, de sensibilidade, estaremos aqui corrigindo uma situação de fato que existe em razão dos altos índices inflacionários que fazem com que na prática os direitos trabalhistas que normalmente são verbas destinadas à alimentação das famílias, à sobrevivência das famílias, seja assegurado o seu pagamento de uma forma atualizada e em termos reais.

Este é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda nº 33 à LDO. **Aprovada.**

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à Emenda nº 33, queiram levantar-se.

Oito (8) aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e cinco (25) Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitada.

Emenda nº 42. Em discussão. Em votação. **Rejeitada.**

Emenda nº 36. Em discussão. Em votação.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, o objetivo desta Emenda está bastante claro ao colocar que as entidades e instituições beneficiadas com auxílio ou subvenções sociais sejam discriminadas para que esse Poder Legislativo possa acompanhar mais de perto a aplicação desse dinheiro do orçamento.

Essa emenda, de acordo com o que está falando o Deputado Paulo Maia e nós concordamos, é uma lei anti-Fiúsa, ou seja, uma lei visando a proteção do Erário Público, visando que todo dinheiro que saia do orçamento do Estado, seja fiscalizado pelos Senhores Parlamentares, aqueles que se interessarem, é lógico, porque ao deixar claro que toda entidade que receber, tem que prestar contas e aí, coloca-se a discriminação dessas entidades para que esse Parlamento possa acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação a Emenda nº 36.

Rejeitada a emenda.

Emenda nº 34.

(Lê emenda).

Está em discussão. Em votação. Para encaminhar Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Em 07 de dezembro de 93 o Governo Federal publica no Diário Oficial a Lei Federal 8.742, é a Lei Orgânica da Assistência Social, é a lei que disciplina todo o investimento do Governo Federal, do Governo Estadual e dos municípios na área de assistência social, inclusive, tal lei, obriga a criação dos conselhos de assistência social semelhantes aos conselhos na área de saúde.

Queremos dizer que na área de saúde os conselhos têm cumprido um papel fundamental, abrindo espaço para a participação da sociedade civil organizada e também abrindo espaço para a democratização do investimento deste dinheiro.

Pois bem, a Lei Orgânica da Assistência Social tem o mesmo papel e ela estabelece o local de investimento deste dinheiro e que será definido pelo conselho.

Portanto, nós só estamos colocando que o Governo do Estado também terá o órgão próprio de assistência social é lógico, obedecendo a lei federal já citada. Assim, poderá o Governo do Estado com maior efetividade e maior competência atender às reais necessidades da população carente do nosso Estado.

Então, aqui é colocar o cumprimento da Lei Federal da assistência social por parte do Governo do Estado.

É este o objetivo da nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda de nº 34 o seu §.

Para encaminhar com a palavra Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Senhor Presidente, nobres Pares.

Quero só salientar, nobre Deputado Dr. Rosinha, que o caput da emenda foi acolhido no nosso Substitutivo-Geral. Não foi acolhido o parágrafo em razão de que estamos tratando na matéria de uma lei federal e, automaticamente, nós estamos submetidos a aplicar a lei federal de assistência social.

Era somente isso.

Então, encaminho pela rejeição, Senhor Presidente, votando contra a emenda porque ela já foi recepcionada no Substitutivo-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda nº 34. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Rejeitada.

O projeto irá à 3.^a Discussão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1703 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Os demais requerimentos serão deliberados ao final da segunda sessão extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após esta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/94;
- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 123, 211 e 212/94;
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 234 a 237 e 244 a 256/94.

Marca ainda, outra Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 30, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs: 123 e 174/94;

e encerramento da Sessão Legislativa relativa ao primeiro semestre.

Levanta-se a sessão.